



ID: 45679787

01-01-2013

EntrevistaFátima de Sousa
Jornalista
fs@briefing.pt

José Manuel Galvão Teles, sócio da Moraes Leitão Galvão Teles Soares da Silva, defendeu alguns dos casos com maior visibilidade na justiça portuguesa. Entrou em embates públicos com o Ministério Público, que acusou de incompetência. Diz dos advogados que são causa de alguns dos grandes problemas da Justiça portuguesa e dos juízes que são a classe menos corrupta. Defende, aliás, que os juízes devem ter mais poder no processo: “Os advogados não gostam de ouvir, mas na minha opinião a única salvação para algumas das grandes questões da justiça portuguesa é um código que dê mais poder aos juízes”

José Manuel Galvão Teles, sócio da MLGTS

Juízes devem ter mais poder



Advocatus | É advogado desde 1960. Ao longo da sua vida tem defendido casos mediáticos e alguns controversos. Mantém que só defende casos em que o cliente é inocente?

José Manuel Galvão Teles | Formei-me em 1960 e comecei logo a advogar. E fui sempre advogado, exceto no pequeno período em que estive em Nova Iorque como embaixador nas Nações Unidas, logo a seguir ao 25 de abril, a pedido do meu amigo Melo Antunes. Mas de certa forma fui também como advogado, em nome das causas de Angola e Timor, principalmente.

E ao longo da vida, de facto, verifica-se que, pessoalmente, e em processo-crime, só me interessa defender casos em que o cliente é inocente. Não é que não devam ser defendidos os outros, mas julgo que aí, para se ser verdadeiro, só se deve defender a medida da pena.

Alguns desses casos são, como diz, mediáticos e controversos, mas só são controversos em primeiro lugar porque são acusações falsas e em segundo lugar por são falsas acusações contra pessoas mediáticas, que ocupam lugares importantes. O Ministério Público gosta destes casos, de estar ocupado com

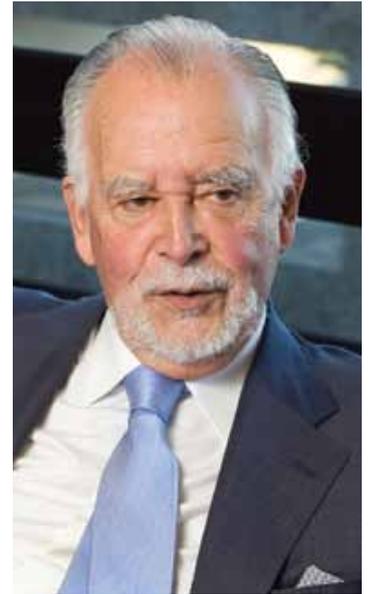
“Pessoalmente, e em processo-crime, só me interessa defender casos em que o cliente é inocente. Não é que não devam ser defendidos os outros, mas julgo que aí, para se ser verdadeiro, só se deve defender a medida da pena”

acusações mesmo que exageradas ou falsas contra gente conhecida. Em vez dos casos normais da vida, como o roubo por esticção ou um desfalque praticado por um empregado numa empresa qualquer, que parece-me que não interessam muito. Veja-se o caso do engenheiro Melancia, da juíza Fátima Galante, acusada de ser corrupta e que afinal não era, o caso do engenheiro Penedos – é uma acusação incrível, sem qualquer fundamento. Leva-me a que tenha de manter a agressividade, a rebeldia, a força e a convicção dos meus 20 anos.

Advocatus | Há aí uma crítica ao Ministério Público...

JMGT | Há Ministério Público e Ministério Público. Não são todos. Tenho amigos dentro do Ministério Público, que respeito. Mas há um grupo importante, à volta do sindicato principalmente, que tem uma grande capacidade de manobra como se viu neste último mandato do procurador-geral da República. Quando se fala em politização e tem-se falado em politização do Ministério Público, julgo que não é no sentido do partido A ou do partido B, é mais no sentido de que julgam que os amanhães

>>>



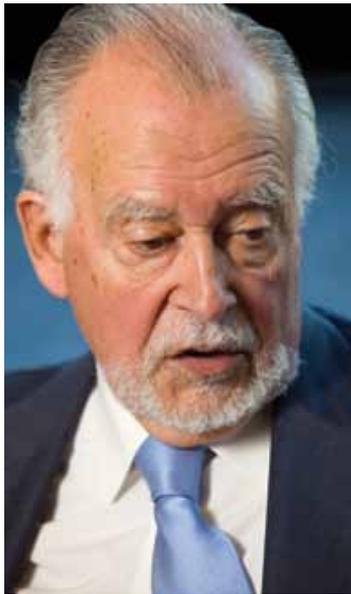
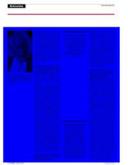
“Costumo dizer que o meu nome não fui eu que o criei, foram os meus tios, é uma espécie de Patek Philippe, que tenho de conservar para passar aos meus filhos e aos meus netos”

INTERVENÇÃO CÍVICA

De esquerda numa família de direita

José Manuel Galvão Teles é um homem de esquerda. Assumido. Nascido numa “família de direita não oposicionista”, mas com um pai e uma mãe “compreensivos, já que, além dele, mais um irmão pendia para a esquerda. A seguir ao 25 de abril, conta, os dois irmãos de esquerda e os dois tios de direita fizeram um “pacto de não agressão”. A intervenção cívica começou logo nos tempos da faculdade, em que foi colega do ex-presidente Jorge Sampaio. Mas José Manuel sempre quis ser advogado, não político. E foi o que reiterou quan-

do aderiu ao PS: “Disse logo que não ia ser político profissional. Tive muitos convites, não só políticos., alguns muito apetecíveis, mas disse sempre que não. Tive sempre a lucidez de pensar que, quatro anos depois, estaria na rua. Quando aceitei ser embaixador levei dois meses a dizer que sim, pressionado por toda a gente. E quando saí, pegado com o Medeiros Ferreira, oferecera-me outras embaixadas, mas vim para o meu escritório. Continuei ao lado dos outros no PS, na comissão nacional e depois na comissão política”.



“Tenho rejeitado muitos casos, felizmente tenho essa possibilidade. No caso Casa Pia, recusei dois, um deles porque não podia de maneira nenhuma e o outro porque senti que a pessoa não estava a ser verdadeira e sincera comigo”

>>>

cantam não se conseguiram estabelecer através da sociedade civil e também da política a seguir ao 25 de abril – estou à vontade para o dizer porque sempre fui um homem de esquerda. Estive na oposição antes do 25 de abril e fui dirigente do PS, depois de ter passado por outros movimentos. Os amanhã que cantam são o que são e não é através da injustiça justa ou da justiça injusta ou pretensamente justa que se consegue isso, julgo que é um erro.

Advocatus | O que o leva a afirmar que só defende os que têm razão? Como é que se chega a uma convicção dessas?

JMGT | Posso errar, evidentemente, mas, felizmente, a vida não me tem mostrado muito isso. Talvez seja sorte, talvez engenho...

Às vezes digo aos estagiários do escritório que, em grande parte, as ações no tribunal se ganham no primeiro dia, quando se recebe o cliente. Deve-se tentar fazer um exame muito apertado para se perceber um pouco a psicologia do cliente, para saber se está mentir ou não. Faz-se aí um juízo sobre o caso. Tenho rejeitado muitos casos, felizmente tenho essa possibilidade – costume dizer que o meu nome não fui eu que o criei, foram os meus tios, é uma espécie de Patek Philippe, que tenho de conservar para passar aos meus filhos e aos meus netos. E por isso posso rejeitar clientes e recuso. No caso Casa Pia, recusei dois, um deles porque não podia de maneira nenhuma e o outro porque senti que a pessoa não estava a ser verdadeira e sincera comigo. O que eu digo aos estagiários é que é mais fácil ganhar quando se tem razão. E, pessoalmente, tenho poucas derrotas em Cível e em Penal julgo mesmo que nunca perdi. Tenho duas sentenças, creio, de pena suspensa.

Advocatus | Então não partilha da opinião de que todos os arguidos têm defesa?

“Os juízes são a classe menos corrupta de todas. Têm o brio. Os advogados são quem ganha o dinheiro, eles são servidores do Estado e da justiça, ganham mal. Normalmente têm bom senso”

JMGT | Não sei quem é que inventou esse chavão, se foi um advogado, um escritor ou um jornalista. Dizer-se que todo o arguido tem defesa e com base nisso defender-se, por um exemplo, que um indivíduo que roubou um milhão não roubou nada. Tem defesa dentro da verdade, dentro de certos limites. O advogado não pode ir contra a verdade, não pode ir contra a lei. Pode ser parcial e é – eu sou um apaixonado nos casos. O advogado não pode deixar de defender o seu cliente mas só dentro da verdade dos factos.

Advocatus | Tendo em conta alguns dos casos que tem defendido, como é que lida com a exposição mediática?

JMGT | Em 50 anos de advocacia devo ter ido à televisão meia dúzia de vezes, algumas pela Política. Um dos casos que me levou à televisão foi o da juíza Fátima Galante. Fui lá explicar o despacho de não acusação. É um caso inacreditável. Falo dele porque é passado. A juíza foi acusada de corrupção, o pior que pode acontecer a um juiz. Acontece o seguinte: no dia em que a Polícia Judiciária e o Ministério Público entregam dinheiro ao solicitador Patuleia, que dizia que estava feito com ela e podia comprá-la, combinam um almoço em que ele lhe entregaria o dinheiro, em que a Polícia a poderia prender, nessa manhã prenderam o Patuleia e não houve almoço. Como é que se considera isto? É pelo menos, como eu escrevi, de uma grande incompetência. Puseram-me um processo-crime por difamação. Mas mantenho que foram incompetentes neste caso. Pessoalmente, estou convencido que perceberam que não era verdade e mesmo assim quiseram manter a acusação. É gravíssimo. Quando se vai saber a verdade – se ela receberia o dinheiro ou não – cortam a melhor cena. O Hitchcock morreria. Dá uma revolta muito grande, porque a pessoa fica marcada. Foi um dos casos em que fui à

“O Ministério Público gosta destes casos, de estar ocupado com acusações mesmo que exageradas ou falsas contra gente conhecida. Em vez dos casos normais da vida, como o roubo por esticção ou um desfalque praticado por um empregado numa empresa qualquer, que parece-me que não interessam muito”



televisão por razões de tribunal, acho mesmo que o único, porque das outras vezes apanham-me na rua. Fui à televisão precisamente para explicar que o despacho de não acusação não foi por falta de prova, como esta expresso na decisão. Fui tentar salvar o nome dela. Fui lá explicar que ela não era corrupta, mas a verdade é que dias depois um sobrinho meu se referiu a ela como “a juíza corrupta”. Ficou marcada.

No caso do engenheiro Penedos, e sem entrar no processo, acontece o mesmo. Ficará sempre com esta mesma marca na testa. E até poderá ser condenado, quando eu garanto que não tem nenhuma culpa. Isso põe-me de facto de pé atrás com o Ministério Público e a Justiça.

Acho que os juizes são diferentes. São a classe menos corrupta de todas. Têm o brio. Os advogados são quem ganha o dinheiro, eles são servidores do Estado e da justiça, ganham mal. Normalmente têm bom senso.

Grande parte do que sucede na Justiça portuguesa é problema dos advogados. Advogados que defendem tudo e mais alguma coisa contra a lei, que fazem gincanas enormes.

Advocatus | Se, como disse, normalmente, os juizes têm bom senso, isso não poderia ser mais aproveitado pelo sistema?

JMGT | Os advogados não gostam de ouvir, mas na minha opinião a única salvação para algumas das grandes questões da justiça portuguesa é um código que dê mais poder aos juizes. O juiz tem de dirigir o processo, ser responsável pelo processo. Eu quero que se faça justiça e espero que a minha classe queira o mesmo. Não quero salvar criminosos, nem infratores da lei civil. É claro que ainda havemos de passar uns dez anos, se calhar com grandes dificuldades, porque esta mudança deve começar pela preparação dos magistrados, no CEJ. Mas vale a pena.



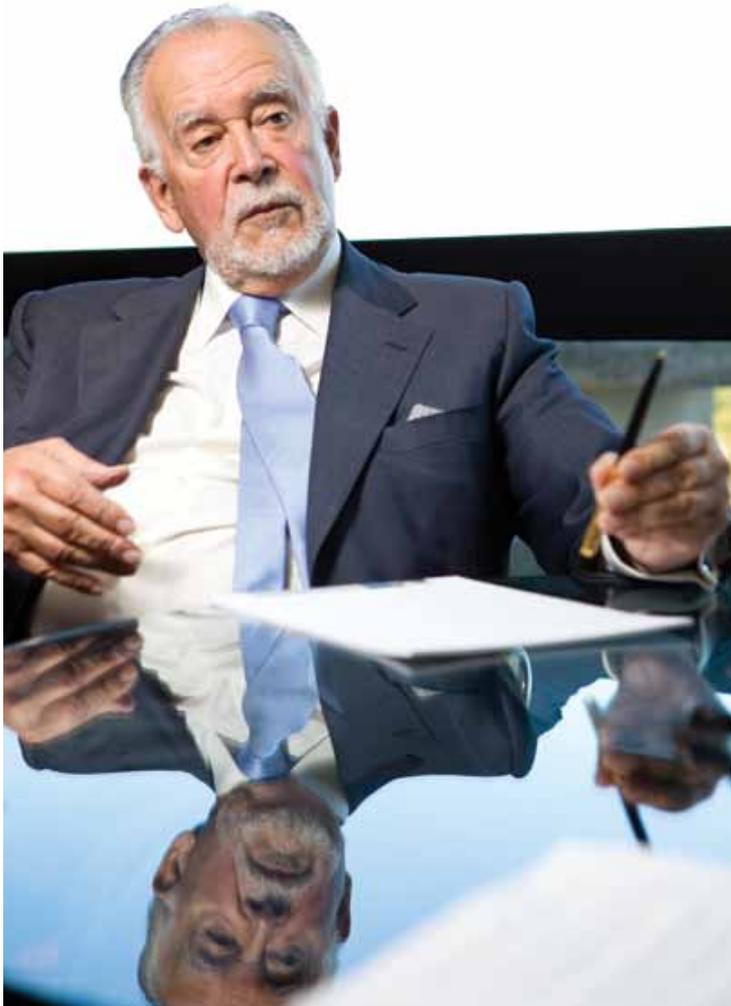
“Não sei quem é que inventou esse chavão, se foi um advogado, um escritor ou um jornalista. Dizer-se que todo o arguido tem defesa e com base nisso defender-se, por um exemplo, que um indivíduo que roubou um milhão não roubou nada”

MEMÓRIAS

O primeiro caso

José Manuel Galvão Teles começou a exercer em 1960. Mais de 50 anos depois, recorda-se bem do primeiro caso. Foi durante o serviço militar na Força Aérea, estagiava então no escritório do tio José Maria, “um grande advogado”. Coube-lhe defender um soldado que vinha de Angola acusado do crime de estupro. “Ele pediu-me para o defender e eu, que preferia defender do que estar a fazer serviço militar na secretaria, aceitei”, conta. Foi a primeira e única vez que fez um julgamento em tribunal militar. Perdeu em primeira instância: “Saí muito zangado”. Perdeu porque, a dada altura foi interrompido nas alegações finais, por gritos da mãe da alegada vítima: “Não fui tão solto a fazer as alegações e

recorri demasiado ao papel”. Diz hoje que foi “um bom exemplo” para julgamentos futuros. E que lhe serviu logo quando teve de defender o recurso que interpusera junto do Supremo Militar. Foi também a única vez que aí compareceu: perante oficiais dos três ramos das forças armadas, todos “pessoas já com uma certa idade”, o então jovem advogado defendeu a sua causa utilizando os documentos que estavam no processo, nomeadamente “cartas da rapariga para o soldado de que resultava bastante prova”. “Fui muito vivo. Tinha muito sangue na guelra. Quando os juizes voltaram de deliberar, um deles piscou-me o olho e percebi que tinha ganhado o recurso”.



"Não posso estar descansado com a Justiça e dizer que anda por si. O que se devia dizer era 'o meu cliente tem razão, logo ganha', mas o que eu digo é que 'é mais fácil ganhar'"

“O juiz tem de ter muito mais poder no processo. Tem de pedir contas aos advogados, tem de recusar manobras. O que se passa em Oeiras com o presidente da câmara, por exemplo, retira toda a credibilidade à justiça portuguesa”

O juiz tem de ter muito mais poder no processo. Tem de pedir contas aos advogados, tem de recusar manobras. O que se passa em Oeiras com o presidente da câmara, por exemplo, retira toda a credibilidade à justiça portuguesa. Eu não conheço o processo, mas passa-se alguma coisa. Tenha ou não o arguido razão para estar livre, o que não pode é manter-se esta situação. Os advogados têm de aceitar que o juiz seja, de facto, o homem que tem a capacidade de dirigir o processo, com flexibilidade e rapidez e também com responsabilidade, claro.

Advocatus | O que está é a sugerir uma reforma. Mas não há já demasiadas reformas na justiça?

JMGT | Diria que há reformas e há revoluções. E precisamos de uma revolução. O que temos feito são pequenos ajustamentos. Muda aqui, muda acolá. Não serve para nada. Repare no que acontece quanto ao segredo de Justiça. O que disse o ex-procurador-geral da República [Pinto Monteiro] no outro dia sobre o Ministério Público em qualquer outro país era uma revolta, para um lado ou para o outro. Mas o

>>>

País ficou indiferente. Não pode ser.

Tenho tido casos, já fiz queixas contra desconhecidos, mas arquivaram. É espantoso. Como jornalista sabe certamente que há uma imensidão de casos em que saiu notícia estando o processo só na mão de funcionários. Porque é que não se investiga? Os jornalistas portugueses também têm o seu lado de preguiça e, em vez de irem receber o documento na mão, fazem telefonemas. Se escutassem os telefonemas dos jornalistas e do Ministério Público garanto que descobriam. As pessoas falam ao telefone demais, algumas incriminam-se, outras deixam apenas indícios. Mas conhece algum caso em Portugal em que o Ministério Público tenha sido apanhado? O que é que se faz a isto? O País deixa...

Advocatus | Que comentário lhe merece a atuação da ministra da Justiça?

JMGT | É uma colega pela qual tenho respeito e consideração. Uma mulher com muito boa vontade, voluntarista, que tem feito um esforço muito grande para melhorar alguns aspetos da Justiça. Mas nesta fase que o País está a atravessar percebo que seja difícil ser ministro da Justiça, é difícil fazer reformas mais completas. Mas julgo também que não tem sido muito hábil, tem entrado numa luta com um homem complexo que é o meu bastonário, que tem uma grande capacidade de ataque. Certamente melhor do que a do meu clube [Sporting]...

Advocatus | Mencionou o bastonário. Que leitura faz da atuação dele?

JMGT | Dou-me bem com ele, mas não votei nele. Ele sabe disso. Tem uma grande capacidade de verbalização, na televisão é quase imbatível, é muito rápido, muito hábil. Tem um defeito – já lho disse – que é o da generalização, por exemplo contra os juizes e as sociedades de advogados.



ID: 45679787

01-01-2013

E é muito virulento. Algumas opiniões são demasiado drásticas. Mas o homem tem vindo a melhorar o tiro. Este segundo mandato, exceto as lutas com a ministra, tem sido melhor. Também devo dizer que não me parece que os que aparecem agora na corrida à Ordem – parece que já há sete candidatas – devam ser os representantes da advocacia portuguesa. O que parece é que aqueles que vão à televisão fazer processos sobre questões jurídicas acabam por ser os candidatos. Copiaram o modelo Rogério Alves, mas não me parece que esse seja o melhor caminho. O bastonário deve ser uma pessoa íntegra, culta, tolerante e dedicada à profissão, ao serviço público. Como advogado, não tem de ser o melhor, até porque não há o melhor, mas tem de ter experiência e ser credível.

Advocatus | Disse, a dada altura, que está de pé atrás com a Justiça. O que é que isso significa?

JMGT | Significa que estou com cautela, porque, se deixar correr a água, não sei se ela chega ao mar; de vez em quando, há uns desvios no leito do rio. Tenho de acompanhar, de estar cauteloso, observador e interveniente. Não posso estar descansado com a Justiça e dizer que anda por si. O que se devia dizer era 'o meu cliente tem razão, logo ganha', mas o que eu digo é que 'é mais fácil ganhar'.

Advocatus | Começou a exercer num País muito diferente, com outro regime. O que mudou deste então?

JMGT | Não foi só o regime que mudou, foi a sociedade que mudou muito. E a advocacia também. No meu tempo, era muito mais teatral. Hoje em dia é preciso saber-se mais Direito, é mais técnico.

Advocatus | Também mais complexo...

JMGT | Sim, atiro-me contra a complexidade do Direito hoje em dia. Qualquer dia, para não



"Nesta fase que o País está a atravessar percebo que seja difícil ser ministro da Justiça, é difícil fazer reformas mais completas. Mas julgo também que não tem sido muito hábil, tem entrado numa luta com um homem complexo que é o meu bastonário"

cometer crimes, tem de se andar com um professor de Direito Penal de Coimbra às costas, que, por sua vez, tem de carregar um professor de Direito Penal alemão...

Ninguém sabe quais as leis que estão em vigor em Portugal. Há o princípio de que o desconhecimento da lei não aproveita a ninguém, mas você conhece as leis todas? Como administrador não executivo de empresas, assino documentos a dizer que está tudo correto, como a lei manda, mas nem os executivos sabem, quanto mais eu. Posso ir parar à

"Repare no que acontece quanto ao segredo de Justiça. O que disse o ex-procurador-geral da República [Pinto Monteiro] no outro dia sobre o Ministério Público em qualquer outro país era uma revolta, para um lado ou para o outro. Mas o País ficou indiferente"

cadeia um dia. E vem o Ministério Público muito contente dizer que o José Manuel Galvão Teles foi preso...

Advocatus | O que é que ainda o motiva?

JMGT Nasci advogado. Defendo as causas. No Direito como na Política e na vida cívica. Não jogo golfe... trabalho. Sinto-me bem nesta casa.

Advocatus | Ainda se surpreende?

JMGT | Ando sempre contra a corrente.



José Manuel Galvão Teles, sócio da MLGTS

**Ninguém sabe quais as
leis que estão em vigor**